

DETERMINAÇÕES NEOLIBERAIS NA FORMAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTES SOCIAIS: Breve aproximação ao problema do EAD

Karolaynny Kelenn Silva da Cruz¹
Jamilly de Kassia Raimunda Rodrigues
Nunes²
Maria do Socorro Sousa da Silva³

Resumo: O artigo objetiva analisar brevemente os efeitos neoliberais na educação superior brasileira, com ênfase na expansão do EaD e suas consequências na formação profissional do assistente social, expondo como as políticas neoliberais implementadas desde os anos 1990 influenciaram na precarização e mercantilização da educação no Brasil. A pesquisa ocorreu por via de levantamento bibliográfico mediante busca de livros e artigos científicos nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, assim como documentos e legislações relacionados ao tema. Os resultados alcançados evidenciam que a expansão do EaD faz parte do projeto de contrarreforma, que visa o desmonte da Educação Pública. No contexto do curso de Serviço Social, nota-se uma formação fragilizada, havendo divergência em relação ao perfil profissional definido pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. A ausência do tripé ensino-pesquisa-extensão resulta em uma formação profissional insuficiente, que dificulta a interpretação e intervenção crítica diante das expressões da questão social.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Ensino a Distância, Serviço Social, mercantilização.

Abstract: The article aims to briefly analyze the neoliberal effects on Brazilian higher education, with an emphasis on the expansion of distance learning and its consequences on the professional training of social workers, exposing how renewed neoliberal policies since the 1990s have influenced the precariousness and commodification of education in Brazil. The research took place through a bibliographical survey by searching for books and scientific articles in the Scielo and Google Scholar databases, as well as documents and legislation related to the topic. The results achieved show that the expansion of distance learning is part of the counter-reform project, which aims to dismantle Public Education. In the context of the Social Service course, there is a weakened training, with divergences in relation to the professional profile defined by the ABEPSS Curriculum Guidelines. The absence of the teaching-research-extension tripod results in insufficient professional training, which makes interpretation and critical intervention in the face of expressions of social issues difficult.

Keyword: Neoliberalism, Distance Learning, Social Work, commodification.

¹Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Karolaynny.cruz@icsa.ufpa.br

²Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Jamilly15nunes@gmail.com

³ Graduada em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, ramos22maria@gmail.com

1 Introdução

A implementação das políticas neoliberais no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, trouxe impactos profundos sobre diversos setores, incluindo a educação superior. O avanço da lógica de mercado, promovido pelas reformas do Estado, provocou a mercantilização e precarização do ensino público brasileiro.

Este artigo visa fazer uma análise preliminar sobre como o neoliberalismo tem influenciado a formação de assistentes sociais no Brasil, em especial a partir da expansão do EaD, e como essa modalidade de ensino, inserida em um contexto de mercantilização, tem fragilizado a qualidade da formação profissional. Partindo de um levantamento bibliográfico em artigos publicados em revistas científicas, nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, em livros sobre a temática e também documentos e legislações educacionais, como exemplo as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), analisou-se como base nesta literatura como o desmonte da educação pública e a priorização do lucro, em detrimento de uma formação crítica e humanística, têm impactado o perfil profissional das/dos assistentes sociais.

Neste sentido, o trabalho reflete sobre a necessidade de garantir uma educação pública e de qualidade, que assegure a formação integral dos profissionais, capaz de prepará-los para a leitura crítica da realidade e para a intervenção eficaz nas expressões da questão social. Assim, busca-se contribuir para o debate acerca da formação em Serviço Social em tempos neoliberais, enfatizando a importância de resistir às tendências de precarização do ensino superior e à diluição do projeto ético-político da profissão.

2. Direito à Educação em um contexto neoliberal

O neoliberalismo surgiu como uma reação às crises econômicas, a partir das décadas de 1970 e 1980, Países como Estados Unidos, Reino Unido e Chile passaram a adotá-lo, utilizando medidas como a flexibilidade do mundo do trabalho, o desmonte do estado social adotando medidas austeras para a gestão de políticas públicas sociais e outras medidas de favorecimento do mercado, privatização de

empresas estatais, desregulação econômica e redução do papel estatal na economia, segundo David Harvey (2005).

No território brasileiro, a Constituição de 1988 introduziu um leque de direitos sociais, porém, muitos destes não se concretizaram em ações públicas devido à adoção da ideologia neoliberal na década de 90. A reforma do Estado priorizou a redução dos investimentos em áreas sociais e a restrição de direitos, transferindo as responsabilidades sociais para o setor privado. As políticas educacionais foram impactadas pelo neoliberalismo, sendo reguladas pela lógica de mercado e beneficiando os ganhos do setor privado.⁴

Nesse contexto, o Estado brasileiro teve que se ajustar às transformações no cenário econômico, culminando na contrarreforma do Estado, a partir da década de 1990 (Lima, 2008). A globalização, característica desse período histórico, é vista como um momento que diminui a autonomia dos Estados nações na formulação e execução de políticas públicas de acordo com Silva Júnior e Sguissardi em 2001.

A reforma proposta pelo Consenso de Washington, é apresentada como uma grande meta, buscando a flexibilização da economia e a diminuição do papel do Estado. No âmbito social, destaca-se a ideia de uma descentralização radical, que valoriza a atuação do setor privado e propõe transferir as responsabilidades do Estado para organizações não governamentais, promovendo uma diminuição para o social e a intensificação do apoio estatal para manter o mercado em funcionamento com agilidade e eficiência (Lima, 2008).

As transformações ocorridas no país refletem as grandes mudanças da crise do sistema capitalista, como discutido por Silva Júnior e Sguissardi em 2001. Essas mudanças são influenciadas por fatores de ordem global, mas também são moldadas pelas características específicas de cada contexto nacional.

De acordo com Silva Júnior e Sguissardi (2005), na área da educação, a reforma do Estado se fez presente, com a justificativa de que o sistema federal de ensino superior estaria em crise, pois não consegue atender a toda a demanda crescente e não está formando profissionais de maneira adequada para o mercado.

⁴ O Consenso de Washington, elaborado por economistas e instituições financeiras internacionais em 1989, foi uma série de recomendações políticas para países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, visando à estabilização econômica e o crescimento. John Williamson cunhou o termo, que se refere a um conjunto de 10 medidas fundamentais, como disciplina fiscal, privatizações, liberalização do comércio e investimentos, e desregulamentação.

O neoliberalismo trata-se da mercantilização de todos os aspectos da vida, incluindo a educação, como forma de maximização do lucro e da competição no mercado globalizado. Esse processo, implica na transformação do estudante em consumidor, cujo acesso ao ensino superior passa a depender da sua capacidade financeira, reforçando as desigualdades sociais e econômicas .

Outro ponto, conforme o Mercado, é a ideia de que a educação superior é essencial para a formação de mão de obra qualificada e adaptável às demandas, o que justificaria a necessidade de sua expansão. Nesse sentido, a educação é vista como um investimento individual em busca de sucesso profissional, em detrimento de sua função social e democrática (Silva Júnior e Sguissardi, 2005).

Além disso, a disseminação da ideologia neoliberal, tem influenciado diretamente nas políticas educacionais, favorecendo a privatização do ensino superior e a diminuição do investimento público na área. Isso resulta em uma maior dependência das instituições de ensino em relação a financiamentos privados e na perda da autonomia acadêmica em prol dos interesses do mercado.

Portanto, a expansão mercantilizada do ensino superior reflete um cenário mais amplo de precarização dos direitos sociais e de mercantilização de serviços essenciais. Transformar o acesso à educação em serviços sujeitos às leis do mercado põe em causa a garantia de uma educação pública gratuita e de qualidade para todos e limita o acesso à educação aos segmentos privilegiados da sociedade (Silva Júnior e Sguissardi, 2005).

2.1 A Trajetória da Contrarreforma na Educação

Segundo (Lima, 2007), no documento "O ensino superior: as lições derivadas da experiência" (Banco Mundial, 1994) estão descritas e estipuladas as estratégias para a reforma da educação superior na Ásia, Caribe e América Latina como parte e expressão de uma mudança mundial de paradigma. O discurso utilizado de "democratização do acesso ao ensino superior" demonstra a dualidade no acesso, sendo o ensino EaD e cursos privados direcionados para a classe trabalhadora, e para a elite uma educação nas universidades públicas ou instituições privadas de alto renome e reconhecimento social, como expresso nas estratégias citadas no referido documento.

A lei nº 13.00/2014 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), sendo um conjunto de dez diretrizes e vinte metas que norteiam as políticas de educação brasileira. O atual PNE abrange o período de 2014 a 2024, dentre as metas estabelecidas por este plano, há três metas que queremos destacar, a **meta 10**, que detém como propósito “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.” (PNE, 2014); **meta 11**, possui pretensão de “Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.” (PNE, 2014), além das suas estratégias de “fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade” (PNE 2014) e de “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento)” (PNE, 2014) e a **meta 12** que busca “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.” (PNE, 2014).

Pode-se observar a personificação da mercantilização da educação-principalmente do ensino superior no Brasil após as mudanças concretizadas na LDB-96 - por uma análise crítica destas metas do PNE e por meio da abertura de muitas vagas em cursos de instituições de ensino de caráter não universitário a partir da década de 1990, além do incentivo ao ensino a distância, como ressalta Luiz Dourado, conselheiro da Câmara da Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CEN), “A institucionalização da modalidade EaD no Brasil, considerando sua importância política, sobretudo, se levamos em conta os desafios colocados pela meta 12 no PNE no tocante à expansão da educação superior”, sendo uma total utopia, visto que não estão sendo levadas em consideração as discrepantes desigualdades sociais, econômicas e regionais.

2.2 A Expansão do Ensino a Distância no Brasil

As políticas de redução de investimentos públicos, incentivo à privatização e valorização da competitividade têm levado à diminuição de recursos para as instituições educacionais públicas. Além disso, a lógica capitalista do custo- benefício também promove uma visão utilitarista da educação, onde o valor é calculado em termos de retorno econômico imediato, desvalorizando outras dimensões acentuando a precariedade do ensino público no Brasil.

A expansão do ensino superior brasileiro dos últimos anos tem sido parte de um projeto de contrarreforma do Estado. Orientada pelos organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), é parte do projeto neoliberal de transformação dos direitos conquistados nas décadas anteriores em mercadorias (Chagas, 2016, p.45).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de acordo com Lima (2011), foram implementadas diversas estratégias para incentivar o Ensino a distância, a primeira deu-se por meio da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei que trata do incentivo do Poder Público aos programas de ensino a distância. Outra medida de grande relevância ocorreu mediante o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, que enfatizou o EaD na educação de jovens e adultos insuficientemente escolarizados. Tais ações incentivaram o Ensino a distância apoiando-se no discurso de buscar diminuir o atraso educacional do país, apresentando o EaD como estratégia para “atualização tecnológica” e “ampliação do acesso” dos jovens ao ensino (Lima, 2007).

Nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), este projeto alcançou novos contornos, através do financiamento público ao setor privado, como o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), e de amplas isenções fiscais ao setor privado presencial através do Programa Universidade para Todos (Prouni). No setor público, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) visou aumentar o número de vagas nas instituições públicas (Pereira, 2012). No entanto, isso resultou em superlotação das salas de aula, sobrecarga na carga de trabalho dos docentes e insuficiência de recursos financeiros para apoiar a permanência do elevado número de alunos que ingressaram no ensino superior público.

Paralelamente, houve um incentivo à educação a distância por meio do Decreto nº 5.622/2005 que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/96 da LDB,

caracterizando a educação a distância como modalidade educacional. Essa medida gerou um importante crescimento do ensino EaD em relação ao ensino presencial, que pode ser analisado através dos dados divulgados pelo Censo da Educação Superior de 2008, que mostra que em 2002, as instituições de ensino superior (IES) que ofereciam cursos na modalidade EaD eram 25, crescendo para 115 instituições autorizadas para a oferta desses cursos em 2008 (Lima, 2011). Essa expansão do setor privado foi continuada e acentuada durante o governo de Dilma Vana Rousseff (2011 – 2016), de acordo com Scudele e Tassoni (2023), o crescimento de oferta de cursos de graduação na modalidade EaD surgiu como uma estratégia compensatória para a captação de alunos, devido às mudanças ocorridas no Fies, pois o programa estava enfrentando gradativas reduções de crédito disponível para novos contratos.

Após o golpe de 2016, que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff, instituindo Michel Elias Temer (2016 – 2018) como presidente, foram implementadas ações que aprofundaram as reformas no país, impactando recursos destinados à educação e à pesquisa. Na modalidade de Educação a Distância o Decreto nº 9.057/2017, estabeleceu um novo marco regulatório para o setor, concedeu às Instituições de Ensino Superior (IES) credenciadas na modalidade EaD a autonomia para ofertar cursos sem necessidade de autorização prévia do Ministério da Educação (MEC), o que ocasionou maior facilidade para às Instituições na oferta dos cursos a distância (Pereira, 2012). O Decreto também permitiu que os cursos de pós-graduação Lato Sensu na modalidade a distância realizem suas atividades presenciais em locais diferentes da sede ou dos polos de apoio (Scudele e Tassoni, 2023).

Seguindo a mesma tendência, o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) concedeu que as Instituições de Ensino Superior oferecessem até 40% da carga horária de cursos presenciais na modalidade EaD (Sobrinho, Nascimento, Sousa, 2023). Porém, o avanço dessa modalidade de ensino não se restringiu às IES privadas, marcando também o setor público de ensino. A Portaria nº433/2020, “institui o Comitê de Orientação Estratégica (COE) para a elaboração de iniciativas de promoção à expansão da Educação Superior por meio digital em Universidades Federais [...]”. Na prática, segundo Ramalhete (2023), essa Portaria se constitui em um conjunto de ações elaboradas pelo MEC para ampliar a oferta do Ensino Superior por meio da EaD em Universidades Federais e, “atender” a meta 12 do PNE, mantendo a tendência de “crescimento” mesmo em contexto pandêmico. Deve-se ressaltar que, devido à pandemia do coronavírus (covid-19), essa expansão da

Educação Superior por meio digital foi acentuada, ocasionando em 2020 mais inscritos no Ensino à Distância em relação ao presencial, como foi constatado nos resultados do Censo da Educação Superior 2020, no qual “em 2020, pela primeira vez na história, a quantidade de alunos que ingressou nessa modalidade ultrapassou o total de ingressos em cursos de graduação presenciais”.

A suspensão das aulas presenciais nas Universidades Públicas, causada pelo cenário da pandemia de Covid-19, impôs que as instituições de ensino presencial adotassem a modalidade de Ensino a Distância como resposta imediata aos desafios impostos pela pandemia. Medida essa executada sem analisar as bases estruturais da desigualdade no país. A realização da implementação da EaD em Universidades Federais está em sintonia com os diversos ataques ao sistema educacional, que visam torná-lo precário para, então, privatizá-lo (Pereira, 2012).

2.3 Diretrizes e Ensino a Distância no Serviço Social

Nos primeiros governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), além da expansão do ensino privado iniciou-se a modalidade de Educação a Distância, quando o curso de Serviço Social passou a fazer parte desta modalidade, advindo da participação e vivência no conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)/ Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) na gestão de 2014-2017 da Seccional de Londrina.

No que diz respeito à direção curricular, o ensino no Serviço Social se baseava unicamente no Currículo Mínimo de 1982 até o ano de 1996, quando ocorreu a consolidação das diretrizes e trouxe uma importante ruptura no planejamento do ensino superior, suas principais alterações estavam relacionadas ao fim deste currículo (sendo seu fim oficial apenas em 2002), a autonomia universitária e a inclusão de uma nova modalidade de ensino, sendo resultantes dos debates oriundos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) da antiga Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), ocorrido em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”, reconhecido como marco do projeto de profissão, no que refere-se a formação profissional, mas tais alterações provocaram um atraso na implementação e execução das Diretrizes, sendo aprovada apenas 2012.

Partindo da perspectiva do Código de Ética e das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que

norteiam a profissão, é possível analisar as condições de trabalho no EaD, a supervisão de estágio, as orientações do trabalho de conclusão de curso e se há uma efetivação do tripé “ensino-pesquisa-extensão”. Larissa D. Pereira (2012, p.38) realizou estudos pioneiros nessa área trazendo dados iniciais “até junho de 2011, a base de dados do Sistema e-MEC apresentava a existência de 14 Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam cursos de Serviço Social a Distância em municípios espalhados por todo país, totalizando 56.651 vagas anuais”.

A referida pesquisadora pontua que apenas duas coordenações das 14 IES possuem titulação de Doutorado, reforçando a fragilidade da produção acadêmica e da inserção em atividades de pesquisa nestas instituições, onde o tripé que aproxima a universidade da sociedade e suas reais contradições não se tem uma devida importância na formação profissional nesta modalidade de ensino, indo contra o espírito das diretrizes da ABEPSS que visa a formação de forma ampla que habilite o egresso a fazer leitura da realidade e atuar nas diferentes expressões das questões sociais persistentes, e para isso pontua a importância das vivências em diversas atividades como projetos de extensão, monitoria, produção acadêmica, pesquisa, seminários, dentre outras atividades, pois, na medida em que não é garantida uma formação crítica e efetiva, abrem-se lacunas na compreensão da sociabilidade burguesa e tende a reforçar uma visão que remete ao conservadorismo.

É evidente o descompasso do ensino a distância com as bases do projeto ético-político da formação em Serviço Social, pois essa modalidade não consegue oferecer a construção do conhecimento coletivo e a diversidade de experiências essenciais para uma formação de qualidade, cenário esse que impacta não apenas as políticas públicas e a prática profissional do Serviço Social, mas também sua formação acadêmica, devido às diversas transformações que a política educacional tem sofrido.

3 Considerações finais

Os debates sobre o Ensino a Distância estão distantes de um fim, e um fim não seria possível, afinal debater a educação e a formação profissional de qualidade e acessível é imprescindível, a análise do EaD e suas implicações para a formação profissional revela um cenário complexo, no qual a mercantilização da educação e a influência do neoliberalismo têm desempenhado papéis cruciais na moldagem das políticas educacionais no Brasil. A crescente implementação do EaD, impulsionada por

políticas que privilegiam o mercado, reflete uma tendência de priorização do retorno econômico em detrimento da qualidade educacional. Esse movimento tem gerado uma série de desafios significativos para a formação profissional, especialmente em áreas que requerem uma formação prática e crítica aprofundada, como o Serviço Social, no qual o seu projeto ético-político tecido a muitas mãos está ameaçado, visto que caminha numa direção que contraria a lógica mercantil burguesa.

A ausência do tripé ensino-pesquisa-extensão resulta em uma formação insuficiente, dificultando a interpretação e a intervenção crítica diante das expressões da questão social, sendo incapaz de alcançar as diretrizes da ABEPSS. Segundo Iamamoto (2014), uma característica contemporânea da profissão é o constante crescimento do número de assistentes sociais, impulsionado pela propagação do ensino superior privado. Nesta óptica, o problema não é o número de profissionais aptos a atuar, mas sim a qualidade da formação que eles receberam, pois o interesse do setor privado de educação é acumular lucro, sem se preocupar em oferecer uma graduação de base crítica e competente. Isto contribui para uma fragilização da profissão que, com uma formação precária, torna-se mais suscetível a atender os interesses do mercado e não as demandas legítimas da população.

É essencial reconhecer que a simples ampliação do acesso ao ensino superior, por meio de modalidades como o EaD, não é suficiente para garantir uma educação de qualidade. A análise dos impactos da expansão do EaD deve considerar não apenas o aumento no número de vagas disponíveis, mas também a adequação dos cursos à demanda do mercado de trabalho e às necessidades formativas dos/as alunos/as. Outro fator que deve ser levado em consideração é há uma quantidade mínima de instituições públicas e privadas que ofertam o curso de serviço social na modalidade presencial. Para que a educação superior desempenhe efetivamente seu papel social e democrático, é fundamental que as políticas educacionais e as práticas institucionais se concentrem em garantir a qualidade da formação oferecida. Isso inclui assegurar que os currículos sejam atualizados, que os métodos de ensino sejam eficazes e que os alunos recebam o suporte necessário para desenvolver competências teórico-metodológicas, ético-políticas críticas e práticas.

O desafio é encontrar um equilíbrio entre a expansão das oportunidades educacionais e a manutenção de padrões elevados de qualidade, garantindo que a educação superior continue a servir como um instrumento para a promoção da justiça

social, da inclusão e da formação de profissionais capacitados e conscientes de seu papel na sociedade.

Cabe ressaltar a importância das entidades de referência, a acadêmica e seus intelectuais e a classe de Assistentes Sociais ampliarem a abordagem do tema e contribuam para futuras pesquisas como as políticas de expansão do EaD impactam a formação profissional em diferentes áreas do conhecimento e como as instituições de ensino podem equilibrar a necessidade de ampliar o acesso com a obrigação de oferecer uma formação robusta e crítica; visto que uma das suas maiores características é ser uma profissão questionadora com constantes estudos da realidade social, histórica, econômica e política do contexto onde está inserida.

Referências

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 16/07/2024.

BRASIL. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 de julho de 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 433, de 22 de outubro de 2020. Institui o Comitê de Orientação Estratégica – COE para a Elaboração de Iniciativas de Promoção à Expansão da Educação Superior por meio digital em Universidades Federais, no âmbito da Secretaria de Educação Superior, e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 22 out. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/reunidigital/pdf/portaria_433.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resultados do Censo da Educação Superior 2020 disponíveis. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/resultados-do-censo-da-educacao-superior-2020-disponiveis>. Acesso em: 02 jul. 2024.

CHAGAS, Bárbara da Rocha. Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 15, n.1, p. 43-58, jan/jul 2016.

COFEN- Conselho Federal de Enfermagem. Dados Inéditos Revelam Estrago causado pelo EaD na Educação do Brasil. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/dados-ineditos-revelam-estrago-causado-pelo-ead-naeducacao-do-brasil/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

DE ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho; CORRÊA, Ana Paula Dias; GAMA, Rayanne Roque. Currículo Em Serviço Social: Construção E Desafios Contemporâneos. REVES-Revista Relações Sociais, v. 1, n. 1, p. 0014-0024, 2018.

LIMA, Kátia Regina de Souza. A política de ensino superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo. Perspectiva, Florianópolis, v. 29, n. 1, 19-47, jan./jun. 2011.

LIMA, Katia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma da educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. Sociedade em Debate, Pelotas, v. 15, n. 1, p. 31- 50, jan./jan. 2009.

LIMA, Kátia. Contra-reforma na Educação Superior: de FHC à Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EaD: direito à educação ou discriminação educacional? SER Social, Brasília, v.14, n.30, p.30-49, 2012.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. Revista Katálisis, v. 12, p. 268-277, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre; DA CONCEIÇÃO BRAGA, Cilene Sebastiana; DA SILVA OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário. Serviço social brasileiro em tempos regressivos: formação e trabalho profissional em debate. Cortez Editora, 2023.

RAMALHETE, Mariana Passos. Galeria de perdas: a educação brasileira após o golpe (2016-2022). São Paulo: [s.n.], 2023.

SOBRINHO, Djamiro Ferreira. NASCIMENTO, Emanuelle Lourenço. SOUSA, Andréia. As desregulamentações no período Temer/Bolsonaro na modalidade EaD e Bacharelado em Direito. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 12, n. 2, p. 795-814, mai./ago. 2023.